



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
COMITÊ DE GOVERNANÇA

**ATA N.º 1 - REUNIÃO DA CÂMARA ATIVIDADES – FIM /2019.**

Ata da Sessão Ordinária da Câmara de Atividade-fim, realizada no dia 11 de março de 2019, às 14 horas e 30 minutos, na sala de reuniões da Reitoria da Universidade Federal do Ceará. Pauta da reunião: **1)** Apresentação do trabalho realizado pelo Centro de Tecnologia no âmbito do Mapeamento e Melhoria dos Processos da unidade (item excluído); **2)** Apresentação do Plano de Capacitação em Governança; e **3)** Apresentação de Plano de Ação para o Programa de Integridade (em diligência ao Ofício n.º 3144/2019/Regional/CE-CGU, de 22/02/2019).

1 Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às catorze horas e trinta  
2 minutos, na sala de reuniões da Reitoria, reuniram-se os membros Câmara de  
3 Atividades-fim, convocados por meio de comunicação eletrônica (*e-mail*) originária da  
4 Secretaria de Governança, datada de sete de março de dois mil e dezenove. Em virtude  
5 da ausência do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Presidente da Câmara de  
6 Atividades-fim) e da Pró-Reitora de Extensão (respeitando a linha sucessória, conforme  
7 Art. 5.º do Regimento do Comitê de Governança) a primeira sessão ordinária da Câmara  
8 de Atividade-fim de 2019 foi presidida pelo Pró-reitor de Graduação da UFC, professor  
9 Cláudio de Albuquerque Marques e contou com a participação dos seguintes membros  
10 representantes: Prof. Rogério Masih (Pró-reitor Adjunto de Extensão), Prof.<sup>a</sup> Sônia  
11 Maria Pinheiro de Oliveira (Diretora do Centro de Ciências Agrárias), Prof. José  
12 Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (Diretor da Faculdade de Direito), Prof.<sup>a</sup>  
13 Valéria Góes Ferreira Pinheiro (Diretora da Faculdade de Medicina), Prof. Sandro  
14 Thomaz Gouveia (Diretor do Instituto de Cultura e Arte), Prof. Antônio Barroso Lima  
15 (Diretor do Instituto de Educação Física e Esportes), Prof.<sup>a</sup> Maria Oziléia Bezerra  
16 Menezes (Diretora do Instituto de Ciências do Mar), Prof. Gabriel Antoine Louis  
17 (Diretor da Universidade Virtual), Prof.<sup>a</sup> Tereza Cristina Batista de Lima (Diretora da  
18 Escola Integrada de Desenvolvimento e Inovação Acadêmica), Sr.<sup>a</sup> Tatieures Gomes  
19 Pires (Diretora Geral da Secretaria de Governança), Sr.<sup>a</sup> Carmen Suzana Lima  
20 (Representante da Comissão de Ética), e Sr.<sup>a</sup> Ana Graziela Ramiro Alves Pinheiro  
21 (Administradora na Secretaria de Governança). Constatado o número regimental de  
22 membros permanentes presentes, a sessão foi aberta. Para iniciar o **expediente do dia**, a  
23 pauta prevista foi apreciada e houve a **exclusão** do primeiro ponto que trataria da  
24 “Apresentação do trabalho realizado pelo Centro de Tecnologia no âmbito do  
25 Mapeamento e Melhoria dos Processos da unidade”. Após a exclusão desse ponto, a  
26 pauta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a ata da 5.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da  
27 Câmara de Atividades-fim (2018) foi aprovada por todos e a ata da Reunião Técnica,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
COMITÊ DE GOVERNANÇA

28 realizada no dia 20 de novembro de 2019, foi homologada. Houve uma **inversão de**  
29 **ponto de pauta** e a reunião começou pelos informes com a apresentação da síntese do  
30 resultado do Levantamento de Governança Pública realizado pelo Tribunal de Contas da  
31 União (ano de referência de 2018). A Diretora da Secretaria de Governança explicou  
32 que o referido instrumento tinha a finalidade de mensurar a capacidade de governança  
33 das instituições públicas e, que entre junho e julho de 2018, a SECGOV submetera aos  
34 setores diretamente relacionados com as áreas desse levantamento o questionário para  
35 ser respondido. Como resultado, foi observado que a UFC se encontrava em nível  
36 intermediário em todos os índices e que de 2017 para 2018 a Universidade teve uma  
37 evolução do nível iniciante para o intermediário. Foi destacado que a UFC está acima da  
38 média nacional em todos os índices avaliados pelo TCU e foi destacado que enquanto a  
39 Universidade apresentava o índice geral de cerca de 51% (cinquenta e um), as demais  
40 instituições de ensino superior avaliadas alcançaram 36% (trinta e seis). A Diretora da  
41 SECGOV apresentou mais detalhes sobre os desdobramentos dos resultados publicados  
42 pelo TCU e ponderou que o trabalho da Secretaria de Governança seria o de fortalecer  
43 as boas práticas de governança já existentes e que um dos desafios para o corrente ano  
44 seria o trabalho relativo à gestão de riscos que envolveria a todos que formam o Comitê  
45 de Governança. Em seguida, o assunto foi colocado em discussão. O Prof. José Cândido  
46 Lustosa Bittencourt de Albuquerque (Diretor da Faculdade de Direito), refletiu que de  
47 fato já existia um trabalho de governança naturalmente executado nas unidades pelos  
48 servidores (docentes e técnico-administrativos), apesar do desconhecimento dos  
49 conceitos técnicos formais pelos membros das equipes, elas já realizam uma governança  
50 na prática. Entretanto, o Diretor da Faculdade de Direito ponderou que para estabelecer  
51 uma estrutura formal de governança, dentro das unidades acadêmicas, seria preciso  
52 definir os mecanismos práticos de governança diretamente relacionados às atividades  
53 dessas unidades. Mencionou, também, o quanto considerava importante estabelecer  
54 objetivamente os níveis de responsabilização que orientassem a prática das rotinas  
55 laborais, por exemplo. O Prof. Cândido Albuquerque argumentou que isso poderia  
56 assegurar o bom desempenho do trabalho realizado pelas unidades acadêmicas. Em  
57 contraponto, o Prof. Cláudio de Albuquerque Marques (Pró-reitor de Graduação)  
58 comentou que, no Regimento Geral da UFC, constavam tanto as hierarquias, quanto as  
59 atribuições específicas da administração superior e da acadêmica. Além disso,  
60 mencionou que as atribuições das coordenações dos cursos de graduação, por exemplo,  
61 estavam previstas no Regimento da UFC, mas que cada unidade acadêmica tem a  
62 liberdade para propor, dentro dos limites regimentais, um plano de viável execução que  
63 seja guiado pelo fortalecimento dos mecanismos de governança. O Prof. Cláudio  
64 Marques refletiu sobre a necessidade de adotar mecanismos mais incisivos de  
65 responsabilização. Segundo o Pró-Reitor, esse processo de estabelecer os meios de  
66 controle e acompanhamento das responsabilidades deve ser conduzido pela  
67 compreensão e aceitação de todos e não pela imposição de novas regras ou resoluções  
68 sem que antes sejam conhecidas as realidades das unidades. Também mencionou que a  
69 Universidade tem uma prática natural de tomada de decisões colegiadas o que pode ser  
70 considerado uma boa prática de governança, pois o resultado dessas decisões reflete o  
71 interesse coletivo e não o atendimento de uma perspectiva pessoal. A Prof.<sup>a</sup> Tereza



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
COMITÊ DE GOVERNANÇA

72 Cristina Batista de Lima (Diretora da Escola Integrada de Desenvolvimento e Inovação  
73 Acadêmica) argumentou que há certos normativos internos e mesmo imposições legais  
74 que não permitem profundas discussões no sentido de cumprir ou descumprir, já que  
75 isso gera uma responsabilização direta aos dirigentes públicos. A Prof.<sup>a</sup> Valéria Góes  
76 Ferreira Pinheiro (Diretora da Faculdade de Medicina), disse que considerava um pouco  
77 confuso o modo como os assuntos sobre gestão e planejamento são tratados na  
78 Universidade. A Diretora da FAMED lembrou sobre alguns processos  
79 descontinuados, sobre a criação da Secretaria de Governança e o modo como o assunto  
80 “gestão de riscos” foi apresentado aos diretores que desconheciam totalmente os termos  
81 técnicos o que predispôs o receio de todos sobre o tema. Nesse sentido, o Prof. Sandro  
82 Thomaz Gouveia (Diretor do Instituto de Cultura e Arte) falou sobre a estrutura dos  
83 colegiados que formam o Comitê de Governança, ou seja, da Câmara de Atividades-fim  
84 e da Câmara de Atividades-meio. De acordo com o Diretor do ICA seria adequada a  
85 representação de um diretor de unidade acadêmica nas discussões pertinentes à Câmara  
86 de Atividades-meio para que as unidades acadêmicas possam também apresentar as suas  
87 perspectivas e necessidades. O Prof. Antônio Barroso Lima (Diretor do Instituto de  
88 Educação Física e Esportes) enfatizou a importância de conhecer a realidade das  
89 unidades acadêmicas. O Diretor do IEFES afirmou que a Administração Superior  
90 muitas vezes desconhece as necessidades e os desafios cotidianos das unidades  
91 acadêmicas que muitas vezes dificultam ou inviabilizam a execução de políticas muito  
92 complexas. Nesse sentido, pediu que a Secretaria de Governança visitasse as unidades  
93 acadêmicas no sentido de conhecer suas particularidades quando da proposição de  
94 novas regras ou práticas de governança. Diante de todos os relatos, o Presidente da  
95 sessão estimulou que os diretores de unidades acadêmicas fossem mais propositivos e  
96 elaborassem os seus próprios instrumentos de orientação para as práticas de governança,  
97 considerando as especificidades dos trabalhos desempenhados nas unidades. O Prof.  
98 Cláudio Marques garantiu que os diretores contariam com o apoio da Secretaria de  
99 Governança e da Câmara de Atividades-fim para assegurar o alinhamento desses  
100 instrumentos com os princípios de governança adotados pela UFC. A Diretora da  
101 SECGOV informou que atualmente a prioridade dos trabalhos da Secretaria de  
102 Governança tem sido o de fortalecer o conhecimento e a prática do Mapeamento de  
103 Processos. A Sr.<sup>a</sup> Tatieures Gomes disse acreditar que se trata da melhor maneira de  
104 entender a minúcia dos trabalhos e possibilitar às equipes uma reflexão sobre o passo a  
105 passo das atividades e sobre as eventuais dificuldades para assim, antecipar meios se  
106 solução. Ainda enfatizou que o resultado proporcionado pelo Mapeamento de  
107 Processos, dá segurança para a equipe técnica e para o gestor que ampliam o  
108 entendimento do seu trabalho. Após as discussões, foi tratado o **segundo ponto** previsto  
109 na pauta: Apresentação do Plano de Capacitação em Governança. A Diretora da  
110 SECGOV informou que esse plano concentraria temas de cursos considerados  
111 pertinentes para a capacitação das pessoas para o fortalecimento da governança.  
112 Também propôs que a execução desse plano fosse feita em parceria direta com a Pró-  
113 reitoria de Gestão de Pessoas, por meio da Divisão de Formação Profissional (DIFOP).  
114 Desse modo, foi proposta a continuidade de cursos sobre Mapeamento de Processos a  
115 serem oferecidos para aumentar o número de pessoas com conhecimento sobre essa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
COMITÊ DE GOVERNANÇA

116 ferramenta. Além disso, como estava previsto desde 2018, a Secretaria de Governança  
117 pretendia oferecer um curso sobre Gestão de Riscos a ser ministrado pelo Sr. Tiago de  
118 Alencar Viana (Pró-reitor Adjunto de Planejamento e Orçamento da Universidade  
119 Federal do Cariri e responsável pela Coordenadoria de Transparência, Governança e  
120 Gestão de Riscos da UFCA). O A Diretora da SECGOV explicou que o Sr. Tiago de  
121 Alencar Viana era um servidor experiente no assunto e bastante envolvido com o tema,  
122 além disso ele tem sido o responsável pelo acompanhamento da Gestão de Riscos na  
123 própria UFCA. Foi informado de que seriam oferecidas duas turmas uma em março e  
124 outra em abril de 2019. Outro curso considerado importante pela SECGOV seria sobre  
125 Integridade e ética para que a Universidade fosse capacitada com pessoas para colaborar  
126 com o Programa de Integridade. Em seguida, houve uma ampla discussão sobre o  
127 assunto e o Prof. Cláudio Marque sugeriu o nome da servidora técnico-administrativa  
128 Socorro Souza para ministrar o curso sobre ética e integridade, por se tratar de uma  
129 profissional com experiência no tema. Oportunamente a Sr.<sup>a</sup> Tatieures Gomes registrou  
130 a sugestão e mencionou que a prioridade de vagas para esses cursos vinculados à  
131 SECGOV seria para o grupo dos Interlocutores de Governança. Com relação a isso, a  
132 Diretora da EIDEIA questionou se seria possível criar um grupo com a finalidade de  
133 trabalhar esses assuntos de mapeamento e da própria gestão de riscos de modo mais  
134 aprofundado. Observou que ter um grupo composto por representantes das diversas  
135 áreas da Universidade que apoiasse o acompanhamento das ações e esclarecesse  
136 dúvidas, por exemplo, seria muito produtivo. Esse grupo poderia ter um viés de  
137 constante aprendizado e de disseminação desse aprendizado e que, caso houvesse a  
138 possibilidade, estaria capacitado para conduzir formações e ser devidamente  
139 remunerado pela PROGEP/DIFOP pela rubrica de Gratificação por Encargo de Curso  
140 ou Concurso (GECC). A sugestão foi registrada pela Diretora da SECGOV para ser  
141 analisada posteriormente. A Prof.<sup>a</sup> Tereza Cristina também solicitou que para o curso de  
142 mapeamento fosse enfatizado o uso do *software* do “bizagi”, pois na prática essa tem  
143 sido uma dificuldade. Sobre a preparação de gestores e líderes, a Sr.<sup>a</sup> Tatieures Gomes  
144 informou que o Encontro de Gestores para a Governança fora adiado, mas que havia a  
145 previsão de ser realizado em junho de 2019. A Diretora da SECGOV também refletiu  
146 que mecanismo de estratégia poderia ser fortalecido por meio da oferta de um curso  
147 sobre Indicadores de desempenho e PDI na Prática. Para esse curso ainda não havia  
148 instrutor definido. A Prof.<sup>a</sup> Tereza Cristina ponderou que seria muito importante  
149 compreender os diferentes aspectos da gestão, pois no caso dos professores, seria  
150 adequado elaborar uma estrutura de cursos na perspectiva acadêmica, com os seus  
151 sistemas, rotinas e atribuições específicos e outra mais ampla voltada para a gestão  
152 administrativa, ou seja, que contemplasse os aspectos das rotinas de pessoal,  
153 acompanhamento das atividades, entre outros assuntos. A Diretora da EIDEIA enfatizou  
154 o quanto considera importante preparar os gestores numa formação inicial para facilitar  
155 principalmente os trabalhos dos novos gestores. Por fim, o plano foi colocado em  
156 apreciação e foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi tratado o **terceiro ponto** da  
157 pauta: Apresentação de Plano de Ação para o Programa de Integridade (em diligência  
158 ao Ofício nº 3144/2019/Regional/CE-CGU, de 22/02/2019). A Diretora da SECGOV  
159 lembrou a todos que o Plano de Integridade da UFC, foi aprovado ainda em 2018 e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
COMITÊ DE GOVERNANÇA

160 destacou que a Universidade foi a única instituição federal no estado do Ceará que  
161 concluiu a elaboração e a entrega desse plano dentro do prazo estabelecido pela CGU.  
162 Também foi informado que a CGU, em fevereiro de 2019, visitou a reitoria da UFC e,  
163 nessa ocasião, a SECGOV fez uma apresentação sobre o plano de integridade e que  
164 diante disso, a CGU fez uma recomendação sobre o início dos trabalhos. A CGU  
165 sugeriu que os riscos para integridade fossem identificados a partir dos seguintes  
166 macroprocessos: atos de pessoal; aquisições de tecnologia da informação; aquisições  
167 gerais; e acervo histórico e cultural. A Diretora da SECGOV relembrou a todos que na  
168 última reunião do Comitê de Governança, realizada em 12 de dezembro de 2018, foram  
169 definidas como unidades piloto para o trabalho de mapeamento de processos e  
170 elaboração da matriz de riscos as seguintes unidades piloto: a Pró-reitoria de Gestão de  
171 Pessoas, a Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental e a Pró-reitoria de  
172 Planejamento e Administração. Assim, foi solicitado à Câmara de Atividades-fim a  
173 permissão para que esse trabalho de identificação dos riscos para a integridade iniciasse  
174 conforme a sugestão da CGU. O assunto foi posto em votação e aprovado por  
175 unanimidade. Sem mais assuntos para serem tratados, o Presidente da Sessão deu por  
176 encerrada a sessão às 17h (dezessete), da qual, para constar, eu, Ana Graziela Ramiro  
177 Alves Pinheiro (Administradora na Secretaria de Governança), lavrei a presente ata que,  
178 se aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pelos demais membros da Câmara  
179 de Atividades-fim que participaram dessa sessão, estando esta ata à disposição em meio  
180 digital.

1. Prof. Cláudio de Albuquerque Marques (Presidente da Sessão) \_\_\_\_\_
2. Tatieures Gomes Pires (SECGOV) \_\_\_\_\_
3. Prof. Rogério Masih (PREX) \_\_\_\_\_
4. Prof.<sup>a</sup> Sônia Maria Pinheiro de Oliveira (C. C. Agrária) \_\_\_\_\_
5. Prof.<sup>a</sup> Valéria Góes Ferreira Pinheiro (FAMED) \_\_\_\_\_
6. Prof. Sandro Thomaz Gouveia (ICA) \_\_\_\_\_
7. Prof. Antônio Barroso Lima (IEFES) \_\_\_\_\_
8. Prof.<sup>a</sup> Maria Ozileia Bezerra Menezes (LABOMAR) \_\_\_\_\_
9. Prof. Gabriel Antoine Louis (UFC Virtual) \_\_\_\_\_
10. Prof.<sup>a</sup> Tereza Cristina Batista de Lima (EIDEIA) \_\_\_\_\_
11. Sr.<sup>a</sup> Carmen Suzana Lima (Comissão de Ética) \_\_\_\_\_
12. Sr.<sup>a</sup> Ana Graziela Ramiro Alves Pinheiro (SECGOV) \_\_\_\_\_